

# Uma classificação aspectual portuguesa do português

DIANA SANTOS  
(Universidade de Oslo)

Neste artigo descrevo uma classificação dos verbos portugueses no que se refere ao seu comportamento temporal e aspectual, obtida por meio de um estudo aprofundado do comportamento sintáctico e semântico dos verbos em texto português original e traduzido, e por meio de um contraste aturado dos sistemas do inglês e do português através de traduções nos dois sentidos, documentado em detalhe na minha tese de doutoramento (Santos, 1996).

A principal inovação teórica subjacente à classificação apresentada é o basear-se no *método* de Vendler (Vendler, 1957/67) e não nas classes por este apresentadas para o inglês, que têm constituído, regra geral, ponto de partida para os investigadores da nossa língua.

## 1. Observações preliminares

Há três métodos que podem ser seguidos no estudo de uma língua: começar do zero e analisar o comportamento dessa língua como se da única língua no mundo se tratasse (*método "bottom-up"*, de baixo para cima); pegar numa ou mais teorias sobre o funcionamento de uma ou mais línguas e aplicá-las à nova língua (*método "top-down"*, de cima para baixo); ou tomar em consideração as teorias desenvolvidas para outras línguas e, através dos contrastes da nossa língua com elas, desenvolver uma teoria adequada, em pé de igualdade, e não fazendo uma mera adaptação.

Na minha opinião, o terceiro método é o mais correcto, porque, ao mesmo tempo que analisa a língua como um sistema único, com uma individualidade própria, não perde de vista as hipóteses formuladas (e o conhecimento linguístico que representam) por muitos outros investigadores que se debruçaram sobre outras línguas, línguas essas que têm ou podem ter vários pontos de contacto com a que pretendemos estudar.

Mais concretamente, e sendo o inglês porventura a língua mais estudada actualmente, seria certamente prejudicial para o estudo do português não conhecer nem tomar em conta as teorias desenvolvidas para o descrever. Mas seria também inaceitável, na minha opinião, aplicá-las como se tivessem sido concebidas para a "língua" em geral, como é, de facto, o que acontece na prática em muitos casos.

Em particular, tratarei neste artigo da chamada classificação aspectual, aqui tomada como a ligação entre expressões de uma dada língua e a categorização feita por essa língua dos tipos de situação distintos que descreve.<sup>1</sup>

Ao contrário da maioria, senão totalidade, dos investigadores que se debruçaram sobre este assunto para o português (veja-se Campos (1984, 1988), Casanova (1985), Oliveira (1991), Peres (1993), A.C. Lopes (1993), Mória (1994), entre outros), eu não importo a classificação de Vendler (ou as modificações que a ela foram propostas por outros investigadores da língua inglesa, como Freed (1979), Moens (1987) ou Smith (1991), para mencionar apenas os mais influentes) para a descrição do português. (Note-se, aliás, que este é um ponto em que os portugueses se não diferenciam da maior parte dos outros linguistas; o mesmo problema aparece em relação às mais diversas línguas, como o francês (Kamp, 1981), o neerlandês (Zaenen, 1988), o alemão (Eberle, 1988), o italiano (Alonge, 1993), o norueguês (Brynildsen, 1995), etc.)

Esta atitude contrasta evidentemente com o espírito do trabalho de Vendler, bem claro quando afirma que o seu objectivo é "to describe the most common time schemata implied by the use of English verbs" (Vendler, 1967, 98f, sublinhado meu)<sup>2</sup>. Vendler tem, aliás, o cuidado, no artigo que serve de prefácio ao seu livro e em que expõe o interesse do estudo da linguística para a filosofia, de afirmar que não é apenas aquilo que é comum a todas as línguas que tem interesse filosófico, pois "Philosophical statements mirroring some idiosyncratic aspect of a particular language are no less true than the ones corresponding to some common feature. The difference is that assertions of the former kind will be more difficult to translate than assertions of the latter kind" (Vendler, 1967, 28)<sup>3</sup>. Eu acrescentaria que tal ainda é mais flagrante se, em vez de interesse filosófico, nos ativermos ao interesse linguístico.

Tem portanto interesse reflectir na razão por que tantas gerações e escolas de investigadores usaram sem sentido crítico os resultados de um projecto que tinha o inglês como objecto. Esclarecer esta questão é, além disso, importante, porque ajuda a afastar uma objecção aparentemente pertinente: Se tanta gente usou a classificação vendleriana e chegou a alguns resultados para a sua língua, então é porque, embora originalmente pensada para o inglês, a classificação é universal e, além disso, já foi validada por esses mesmos estudos. O meu argumento poderia, pois, ser metodologicamente válido, mas, na prática, ser completamente irrelevante.

A minha resposta é que, ao contrário do que talvez os leitores tenham sido levados a supor pelo exposto acima, eu não defendo que as diferenças tenham que ser radicais. Pelo contrário, noto que, quanto mais próximas geneticamente sejam duas línguas, mais parecido será o seu sistema aspectual. Além disso,

quando falo numa classificação aspectual diferente não estou a pôr em causa a possibilidade de fazer as mesmas distinções que o inglês faz<sup>4</sup>, mas sim que essas distinções façam parte da gramática da língua. Por outras palavras, que essas distinções sejam suficientemente importantes para conduzirem a comportamentos gramaticais diferentes.

Daí que a classificação aspectual para o português que eu sugiro neste artigo não seja radicalmente diferente da proposta para o inglês: as diferenças entre as duas línguas são sobretudo em termos da importância concedida a uns conceitos em detrimento de outros, pautando-se raramente por uma total não-correspondência.

Contudo, e mesmo se o resultado é menos radical do que seria de esperar, penso que o facto da classificação ter sido obtida através, por um lado, da consideração sistemática de vários contrastes com o inglês (em traduções) e, por outro, do estudo do comportamento de um grande número de mecanismos gramaticais do português a torna mais apropriada do que qualquer adaptação de critérios linguísticos “universais”.

## 2. A classificação propriamente dita

A actividade de classificação é uma das mais importantes nas ciências em geral e na linguística em particular. Como tal, os seus próprios fundamentos têm vindo a ser investigados e discutidos. Neste momento, certo número de linguistas põe em causa a visão simplista de que uma classificação contendo um número fixo de classes disjuntas entre si às quais estão associados testes objectivos seja a mais apropriada para descrever o funcionamento de uma língua.

Inspirada por esta problematização, e forçada, pela complexidade dos dados linguísticos em análise a não decidir em muitos casos (veja-se Santos, 1994), convenci-me de que, ao invés de tal constituir uma fraqueza do sistema linguístico, a capacidade de pertencer a mais de uma classe – ou seja, não obrigar o falante a ser mais específico do que o necessário – é, com efeito, uma das maiores qualidades da linguagem natural.

Além disso, essa propriedade explica o facto – de outro modo, paradoxal – de serem precisamente os casos de melhor uso de uma língua (ou seja, os casos em que mais é dito ou intuído) os mais difíceis de traduzir. O melhor uso é, pois, não aquele que exprime sem ambiguidade uma só “peça” de informação, mas aquele que permite uma miríade de tais “peças” não contraditórias, sem exigir mais precisão do que a necessária numa dada situação comunicativa.

Por essa razão, elegi como um das alicerces da minha análise das línguas o conceito de *vagueza*, que desempenha um papel relevante quer na análise de mecanismos gramaticais quer no estudo da tradução. (Outro conceito é o da *concisão*).

O que eu entendo, pois, por classificação aspectual de uma dada língua são as diferentes formas de mapear expressões e tipos de situações correspondentes à nossa categorização do mundo real. Dizer que uma dada expressão pertence a uma dada classe aspectual significa, por outras palavras, que a sua interpretação

semântica corresponde a um **ou mais** tipos de estados de coisas. Por exemplo, se digo que *lembrar* pertence à classe das Aquisições quero dizer que se relaciona (sem esforço) com um estado e com um acontecimento, isto é, temos um mapeamento de 1 para 2. Por outro lado, se digo que *ir a Londres* pertence à classe das Mudanças, quero dizer que se relaciona com um (dado subtipo de) acontecimento(s), ou seja, temos um mapeamento de 1 para 1.

As diferenças entre línguas podem então situar-se em dois níveis diferentes: tanto no número e qualidade dos **tipos de situações** que são reconhecidos como distintos, como nos *tipos de relacionamento* que expressões da língua têm com esses tipos. Apesar de o objectivo deste artigo não ser a comparação com o inglês, ilustro os dois tipos de diferenças com exemplos deste par de forma a tornar mais concreta a questão<sup>5</sup>:

- o português reconhece como entidades distintas Estados e Propriedades, enquanto o inglês não (apenas tem uma categoria States);
- o inglês combina dois tipos de acontecimentos (uma Activity e um Achievement) numa classe de grande importância (a classe dos Accomplishments), ao contrário do português, que não tem nenhuma classe comparável aos Accomplishments ingleses;
- ambas as línguas usam (embora geralmente não nos mesmos casos) uma classe cuja interpretação tem simultaneamente um estado e um acontecimento (Aquisições e Acquisitions).

Tendo clarificado o uso da palavra “classificação” no contexto do presente artigo, passo a apresentar os tipos de estados de coisas que sugiro para o português, através de expressões e mecanismos linguísticos que tenham apenas essa interpretação (Secção 2.1). Em seguida, após mencionar algumas subdistinções relevantes dentro da classe dos acontecimentos na Secção 2.2., farei então menção especial às outras classes (as mais ricas), que têm correspondência com mais do que um desses tipos de situação, na Secção 2.3. (Noto, desde já, que, se apresento as classes “unívocas” em primeiro lugar, considero no entanto que a maior contribuição do meu trabalho é precisamente a identificação das outras classes, em que mais do que uma ligação existe sem que tal dificulte o seu uso quotidiano pelos falantes).

## 2.1. Tipos de situações

O português diferencia fundamentalmente entre propriedades, estados e acontecimentos. Dentro de cada uma destas classes é depois possível definir subclasses, correspondentes a tipos distintos que também têm repercussão gramatical, mas cujos traços distintivos só fazem sentido, por assim dizer, dentro de cada classe.

Princípio pois por ilustrar cada uma destas três classes, através de expressões com essa interpretação, dando também uma definição intuitiva dos três tipos de situações<sup>6</sup>:

- qualidades ou propriedades – qualificam, descrevem a essência de um objecto ou acção

ser, gostar

Adoro ler.

O mosteiro é manuelino.

Carlos Paredes trabalhava como arquivador de radiografias.

- estados (temporários) – modificam, referem factos acidentais, localizam seres no tempo e no espaço

estar, andar

A Arminda está cansada.

O João estava a arrumar o sótão mesmo há bocadinho.

O cão está na rua.

Tenho comprado poucos livros.

Ele anda deprimido.

- acontecimentos – descrevem algo que tem uma localização temporal e espacial

cair, fazer, perder, ficar

O cão saiu.

O copo partiu-se.

Os romanos construíram muitas pontes e estradas na Península Ibérica.

O Manuel foi simpático.

Tomei banho hoje de manhã.

Se os exemplos ajudam a ilustrar a diversidade formal que podem tomar essas expressões em português, estão longe de produzir uma demonstração sistemática da sua existência como fenómeno gramatical (ou seja, não provam que esta classificação tem relevância para a língua como um todo).

Para isso, preciso de mostrar que vários mecanismos gramaticais são sensíveis a essa distinção, e que a mantêm (perpetuam) através da sua aplicação. (Em sentido estrito, este segundo requisito é, de facto, adicional. Seria concebível que expressões mais complexas tivessem necessariamente uma classificação "superior", ou seja, segundo outros parâmetros. Em particular, que (por exemplo) expressões com tempo verbal fossem interpretadas noutra plano. Considero, no entanto, que tais expressões podem ser classificadas segundo o tipo de situações que denotam, independentemente da informação temporal que, além disso, veiculam.)

Quanto mais abrangentes e comuns na língua forem esses mecanismos gramaticais, mais força terá o argumento. É por isso que inicio a minha apresentação discutindo a repercussão dos tempos verbais sobre cada uma das classes referidas.

**A. Diferente comportamento do imperfeito com os três tipos de expressões:**  
Expressões descrevendo propriedades ou estados temporários mantêm esse valor no imperfeito:

Ela era muito simpática

Ela estava bastante doente

Expressões descrevendo acontecimentos transformam-se em propriedades (valor habitual):

Eu lavava carros antes de dar aulas.  
Ela comia uma sanduíche antes do jantar.

ou em estados temporários (valor imperfectivo simples, a cair em desuso – sobre este ponto veja-se Santos (1995b)):

O João viu a Maria quando passava pelo jardim.  
Enquanto escrevia o livro não tinha paciência para ninguém.

**B. Diferente comportamento do perfeito com os três tipos de expressões: Expressões descrevendo acontecimentos no perfeito mantêm o seu carácter de acontecimentos:**

A boneca caiu.

Por outro lado, expressões descrevendo estados temporários no perfeito indicam que esse estado terminou (aspecto perfectivo)?:

Estive doente.  
Ele esteve a lavar a loiça antes de eu chegar.

Propriedades ou qualidades no perfeito correspondem quer a um acontecimento (caso do primeiro exemplo) quer a um estado temporário terminado (caso do segundo):

O João foi antipático.  
O meu tio foi professor na Universidade de Coimbra.

**C. Diferente comportamento do pretérito perfeito composto com os três tipos de expressões: Os estados temporários mantêm a sua identidade (acrescida da indicação de que se referem a um período até agora):**

Tenho estado a ler.  
Tenho estado doente.

Acontecimentos adquirem uma indicação de pluralidade indefinida:

Tenho corrido.  
Tenho comprado muitos livros.  
Não tenho ido ao cinema.

E propriedades / qualidades transformam-se quer em estados temporários (primeiro exemplo) quer numa sequência de acontecimentos (segundo):

Tenho sido professora.  
Ele tem sido simpático.

Mas não são apenas os tempos verbais que funcionam de forma diferente com os três tipos de situações. Muitos outros mecanismos também demonstram a mesma “sensibilidade”:

**D. Diferente comportamento em orações temporais com conjunção *desde*: Acontecimentos (e “estados terminados”) numa oração *desde* são tomados com um todo, indicador da localização do extremo inicial do intervalo descrito pelo *desde*:**

desde que caiu o João anda de muletas.  
desde que fui professora que não acredito no sistema de ensino.

Estados temporários, pelo contrário, correspondem na sua totalidade à oração *desde*, isto é, é o início do estado que marca o extremo inicial do intervalo:

desde que estou doente não vejo o João.

desde que estou a construir a casa tenho guiado muito.

E o mesmo se passa para propriedades: é o início da propriedade que identifica o início do intervalo<sup>8</sup>:

desde que sou professora ando muito cansada.

desde que dou aulas à noite ando muito cansada.

E. Diferente comportamento com *já*: O comportamento com *já* é semelhante ao com *desde*, visto que *já* indica que um dado acontecimento ocorreu na sua totalidade antes do ponto temporal em que o falante se situa:

O rei já chegou.

enquanto que, aplicado a um estado temporário, indica que o início do estado ocorreu antes desse ponto, mas que se mantém:

Ele já está a dormir.

Ele já está em Boston.

Finalmente, uma qualidade tem de ser transformada num estado (primeiro e segundo casos) ou numa mudança de estado:

ele já é velho (*pressupõe várias idades em que se "está"*)

ela já namora (*pressupõe vários estádios na vida*)

o namorado dela já é loiro (*implica que mudou de namorado*)

F. Diferente aceitabilidade em perguntas com *quando*: As perguntas-*quando* são em geral impossíveis com propriedades ou estados:

\* Quando é que Luís de Camões era português?

\* Quando é que ele estava doente?

Os únicos contextos possíveis são uma deficiente audição de uma prévia ancoragem:

–... Ele estava furioso! –Quando é que ele estava furioso? – Ontem.

ou uma procura na memória:

Deixa-me cá ver quando é que ele andava com uma suástica no capacete... em 1976, parece-me.

Finalmente, as perguntas com *quando* localizam cabalmente um acontecimento:

Quando é que os romanos construíram pontes na Península Ibérica?

Quando é que o copo se partiu?

Quando é que tomaste banho?

G. Uso de certas expressões adverbiais: Algumas expressões temporais em português, tais como as que se referem aos dias da semana ou a (algumas) partes do dia, também indicam automaticamente que se referem a uma propriedade ou a um acontecimento: Assim, *na quinta-feira* e *quinta-feira* só podem indicar uma dada (e fixa) quinta-feira, onde pode ser localizado um acontecimento ou um

estado temporário, enquanto à *quinta-feira* ou às *quintas-feiras* descreve necessariamente uma propriedade:

Na quinta-feira vi o Miguel.  
 Quinta-feira vamos ao cinema.  
 À quinta a biblioteca fecha à uma.  
 Davam grandes passeios aos domingos.

H. Comportamento de alguns aspectualizadores: Outro sinal da relevância da distinção é a especialização de alguns chamados aspectualizadores, que, para expressões não determinadas em relação ao seu carácter, ajudam a fixar a classificação:

Ele tornou a correr, mas perdeu.  
 Ele voltou a correr, quando já era reformado.

A primeira frase afirma a repetição de um acontecimento, a segunda descreve a retoma de uma propriedade (mesmo que apenas por uma vez).

Ele deixou de tocar à porta.  
 Ele parou de tocar à porta.

A primeira frase exprime que a qualidade deixou de existir (Ele tocava à minha porta sempre que passava pela minha rua), enquanto a segunda exprime que o estado mudou (Ele estava a tocar à porta, e agora já não está).

Apesar de o sentido destes verbos não proibir absolutamente um uso mais indiscriminado –o que pode, aliás, indicar que o sistema está em evolução – é sintomático que existam na língua estes pares, cuja diferença é, na minha opinião, apenas explicável pelo seu conteúdo aspectual.

Finalmente, convém referir um outro critério de decisão que é frequentemente usado para distinguir acontecimentos de não-acontecimentos (veja-se, por exemplo, Mateus *et al.* (1989, 43)), o qual, no entanto, não parece funcionar:

I? O uso do verbo *acontecer*: À primeira vista, seria natural que este verbo estivesse indissociavelmente ligado a acontecimentos, mas é interessante observar que, de facto, os três tipos de situações são possíveis nas chamadas pseudo-clivadas de *acontecer*:

O que acontece é que a Arminda está cansada (e por isso parámos).  
 O que aconteceu foi que o João esteve doente (e por isso não pôde fazer o combinado).  
 O que aconteceu foi que a Rute era amiga do dono da loja (e por isso conseguimos tudo muito mais barato).  
 Ora o que acontece é que eles são americanos (e por isso precisam de um visto).  
 O que estava a acontecer era que a Joana estava a lavar a loiça.  
 O que aconteceu foi que o copo se partiu (e por isso fomos todos à cozinha).

É certo que se depreende que o uso de estados e propriedades indica a causa de um acontecimento que não é necessariamente mencionado explicitamente (e que eu explicito entre parênteses), havendo portanto diferença no uso em relação aos acontecimentos, que podem não pressupor continuação; mas essa diferença não é suficientemente clara, sobretudo porque também a utilização de um acontecimento pode indicar a causa de outro que sugeriu a pergunta (como tento exemplificar no último exemplo).



Seja como for, e concluindo, parece-me que é incontestável que o sistema temporal do português é bastante sensível à tricotomia qualidades-estados-acontecimentos.

## 2.2. Subdistinções relevantes

Por restrições de espaço, escolhi apresentar aqui detalhadamente apenas as subdivisões dentro da classe dos acontecimentos. Tal advém da minha metodologia se ter apoiado na observação dos contrastes na tradução para e do inglês, língua esta que privilegia claramente este o tipo de situação correspondente (Events). Noto, no entanto, como aliás já foi mencionado a propósito de *desde que*, que também propus em Santos (1996) subdividir as qualidades em Propriedades Sociais e Propriedades Essenciais.

### 2.2.1. Dois tipos de acontecimentos em português: Obras e Mudanças

Dentro da classe dos acontecimentos há ainda a salientar que o português distingue entre (e, conseqüentemente, trata de maneira diferente) uma acção que leva tempo (Obra) e uma acção que tem um resultado (Mudança), ou seja, em que o estado resultante é o que é mais saliente.

A grande maioria dos acontecimentos em português é pois conceptualizada como pertencendo a uma destas classes, ainda que os dois critérios não sejam nem lógica nem praticamente incompatíveis<sup>9</sup>.

De forma a justificar esta afirmação, apresento uma vez mais uma série de comportamentos diferenciados associados a estas duas classes:

A. O aspecto progressivo de Obras corresponde a um estado temporário cujos limites temporais são definidos pelo acontecimento.

No caso das Mudanças, que não são conceptualizadas como tendo duração, o aspecto progressivo, quando possível, adiciona outros sentidos, a saber:

(i) iminência

O comboio deve estar a chegar.

(ii) gradualidade

A casa está a cair aos bocados.

Tu estás a ficar velho.

B. *Acabar de* com Mudanças significa “há muito pouco tempo”, enquanto com Obras pode ter o sentido literal (a respeito deste aspectualizador veja-se o estudo aprofundado de Campos (1985)):

acabei de chegar

acabei de pôr a mesa

C. *De ... a* só pode ser utilizado com Obras, não com Mudanças:

corri das cinco às sete

escrevi a tese de Novembro de 1995 a Junho de 1996.

Este critério é interessante porque ilustra uma das diferenças mais flagrantes em relação ao inglês, nomeadamente o facto de *from... until* só poder ser usado com Activities e States, e não com Accomplishments, notado em Santos (1991a).

D. Das três possíveis interpretações de *ir* no imperfeito + gerúndio, ou seja, (i) “quase que”, (ii) iteração e (iii) gradualmente, apenas as duas primeiras são possíveis com Mudanças:

- (i) Uf! Por pouco ias caíndo! (*Mudança*)  
Eu ia contando tudo, mas lembrei-me a tempo do que tinha prometido. (*Obra*)
- (ii) O padre ia entrando em todas as casas, enquanto os acólitos levavam a cruz. (*Mudança*)  
O presidente ia cumprimentando os altos dignitários à medida que se dirigia para a mesa. (*Obra*)
- (iii) O sol ia aquecendo a cabana.  
Ela lá vai trabalhando na tese.

E. *Voltar a, tornar a e outra vez* com Mudanças significam (ou podem significar) apenas repetição do resultado, enquanto que com Obras significam repetição do acontecimento:

- Ele voltou a entrar em casa. (*dentro outra vez*)
- Ele tornou a adormecer. (*a dormir outra vez*)
- Ele fechou outra vez as janelas. (*fechadas outra vez*)
- Ele cantou o hino nacional outra vez. (*cantou outra vez*)
- Ele escreveu o livro outra vez. (*escreveu outra vez*)

F. Orações de participípio passado, em que o participípio concorda com o sujeito, só são possíveis com Mudanças:

- Caídas as folhas, a árvore sucumbiu. (*as folhas caíram*)
- Chegada a Lisboa, a Maria procurou hotel. (*a Maria chegou a Lisboa*)
- Partidos os copos, não havia maneira de servir o vinho. (*os copos partiram-se*)
- Arrefecidos os ânimos, cada um voltou para sua casa. (*os ânimos arrefeceram*)
- Escondidas na cozinha, as crianças riam-se. (*as crianças esconderam-se*)

Obras requerem concordância com o objecto, sendo portanto agramaticais se intransitivas:

- Levadas as mesas, não tínhamos onde nos sentar.
- Construída a casa, festejámos.
- \*Rido,

Este fenómeno foi identificado por Casteleiro (1981) ao fazer uma análise exaustiva dos verbos intransitivos em português, propondo que “uma tal diferença de comportamento sintáctico [fosse] expressa através de um traço semântico, como, por exemplo, /**resultativo**/, para os verbos cujos participípios passados funcionam como adjectivos, e /**não resultativo**/ para aqueles itens cujos participípios passados se não comportam como tal” (Casteleiro, 1981, 96), tendo, além disso discutido várias outras propriedades sintácticas correlacionadas com este traço, para o que remeto para a obra em questão. Por outro lado, Mateus *et al.* (1989, 172) preferem tratar o mesmo fenómeno através da estipulação de duas subclasses diferentes de verbos de um lugar, os inergativos e os inacusativos<sup>10</sup>. Não é provavelmente accidental, contudo, que a lista exemplificativa de inergativos contenha sobretudo Obras (a única excepção é *rimar*, que é uma Propriedade) enquanto que a lista de inacusativos seja exclusivamente composta por

Mudanças (o único caso susceptível de suscitar algumas dúvidas é *crescer*, por mim também considerado uma Mudança em português em Santos (1996, 158)) e pelos dois verbos *acontecer* e *ocorrer*, que são especiais a vários títulos<sup>11</sup>.

G. Uma Mudança com *já* é facilmente parafraseável pelo seu estado resultante, enquanto que uma Obra evidentemente o não é:

já cheguei = já cá estou  
 já entrei na floresta = já estou na floresta  
 já escrevi um livro  
 já comi o bolo

De notar que neste teste é preciso distinguir entre o uso de *já* como localizador temporal e o uso quantificacional (ou seja, não se trata aqui do uso de *já* parafraseável como *já houve uma vez em que...*). Veja-se, a este propósito, Campos (1984b).

### 2.2.2 Séries

Para uma descrição cabal do sistema do português impõe-se reconhecer uma classe adicional de situações, a que poderia chamar situações plurais, que engloba um conjunto de acontecimentos (Obras ou Mudanças) e que tem um papel bastante importante na nossa língua, apesar de raramente lexicalizado<sup>12</sup>. Apesar de não poder entrar aqui em detalhe na relação entre quantificação e aspecto, é preciso salientar que a classe aspectual Séries, como a proponho, não tem nada a ver com uma operação de quantificação – não é, em particular, o resultado desta.

Eis as observações que me parecem pertinentes para justificar esta classe:

A. O resultado da aplicação do pretérito perfeito composto a acontecimentos identifica indubitavelmente uma Série:

ele tem corrido  
 ele tem perdido as chaves

B. Um dos significados do imperfeito aplicado a acontecimentos é licenciado pela descrição de uma Série, à qual é depois atribuído, pelo imperfeito, a conotação de propriedade:

ele lavava carros  
 ele escrevia poesia

C. O aspectualizador *andar* cria, por assim dizer, uma série que é depois localizada no tempo:

ele anda a arrumar o sótão (*várias fases da arrumação*)  
 ele anda a fumar muito (*várias ocasiões de fumar muito*)  
 ele anda a perder os amigos (*várias perdas*)  
 ele andou a arrumar o sótão uma quantidade de tempo, mas agora parece que já acabou

D. A conjugação de Mudanças com certos aspectualizadores força a reinterpretação destas como Séries:

ele começou a entrar tarde em casa  
 ele deixou de abrir as janelas

E. A construção *ir*+gerúndio pode significar uma série de acontecimentos, como descrito no ponto 2.2.1.D. acima.

### 2.3. Classes complexas

Uma classe complexa é aquela cuja referência tem a ver com mais do que um tipo de situação. Considero dois tipos de classes complexas: O primeiro tipo é constituído pelas expressões que implicam simultaneamente os dois (ou mais) tipos de situação, numa dada sequência, e que são raras em português<sup>13</sup>. O segundo tipo, as classes vagas, podem, conforme o contexto, representar ou um ou outro tipo, mas aceitam contextos em que não é necessário decidir. É sobre algumas destas que me debruçarei em mais detalhe.

#### 2.3.1. Aquisições: estado ou acontecimento?

Aquisições são expressões em português em que não é preciso decidir se se está a designar um acontecimento ou um estado, ou seja, ambas as interpretações são possíveis e nenhuma é requerida. Exemplos:

lembrar, chegar a  
*conhecer pessoas como ele* é uma aventura.  
 os homens *que a rodeavam* tinham cara de poucos amigos.  
 Lembrar-se-á dele quando for velhinha?  
 Ele tinha saído.

Além de verificar que é necessária uma escolha quando este tipo de expressões é traduzido para uma língua que não permite preservar a vagueza (como foi primeiro aventado em Santos (1991a), discutido mais a fundo em Santos (1995a) e demonstrado com exemplos reais em Santos (1996)), é preciso provar que as duas interpretações podem ser expressas na língua sem qualquer margem para dúvidas, isto é, que, em muitos contextos, uma das interpretações é obrigatória. (Senão poder-se-ia supor que essas expressões eram apenas contrastivamente vagas, mas que para a língua em questão correspondiam a uma e uma só categoria, o que não é o caso, visto que os acontecimentos e os estados são classes distintas.)

Exemplos de contextos em que estas expressões designam claramente um estado (primeiro elemento do par) ou um acontecimento (segundo elemento):

Lembras-te de termos ido ao Porto? / Só me lembrei das chaves quando já estava no carro  
 Eu sabia que ela era católica / Soube que ele tinha estado na prisão  
 As árvores rodeavam o lago / A multidão rodeou o artista  
 O miúdo já chega à prateleira dos remédios / O comboio chegou à Guarda com uma hora de atraso

Indico, em seguida, que a classe das aquisições, longe de ser idiossincrática, faz parte integrante da gramática do português. Com efeito, o mais que perfeito dá origem a uma Aquisição quando aplicado a uma Mudança. Além disso, o uso de *já* com aquisições permite relacionar as duas interpretações, produzindo pois uma expressão concisa em que simultaneamente se refere que (i) o estado se verifica no momento a que *já* faz referência e (ii) o acontecimento ocorreu antes desse mesmo momento. Observe-se o exemplo (discutido em Santos, 1996, 175):

Eu já tinha visto o Jorge quando ela me falou

### 2.3.2. Estado ou propriedade?

Existe um verbo extremamente frequente em português que é vago entre estados ou propriedades, o verbo *ter*, em que a decisão entre as duas interpretações depende essencialmente do objecto, e, além do mais, não é sempre pertinente.

ele tinha 30 anos  
 ele tinha os olhos azuis  
 ele tinha um hábito desagradável  
 ele tinha uma qualidade rara  
 ele tinha uma doença incurável

O verbo *ter* transmite esta propriedade à construção *ter*+SN+particípio passado flexionado, como se pode observar nos seguintes exemplos

ele tinha as faces arredondadas  
 ele tinha os olhos pisados (de tanto chorar)

O particípio passado é também uma construção com esta classificação aspectual, o que não é de admirar se nos lembrarmos que em português temos uma passiva com *ser* e outra com *estar*, ou seja, é o verbo auxiliar da passiva que discrimina o tipo de situação em causa.

## 3. Observações finais

Não posso alongar-me aqui sobre várias outras propriedades que ajudam a compreender o sistema do português e que encaixam nos fenómenos acima mencionados. Refiro apenas a interpretação dos tempos do conjuntivo, as propriedades do verbo *ficar*, e o uso do modal *dever* (descrito em Campos, 1988) como especialmente relevantes para uma visão mais completa do tema.

Termino comentando três trabalhos em que alguma consideração é dada à classificação aspectual do português: Mateus *et al.* (1989), Leiria (1991) e Santos (1991b).

Mateus *et al.* (1989), apresentando-se como uma gramática da nossa língua, tem simultaneamente um papel de divulgação e um estatuto de referência, tendo portanto maior responsabilidade no que afirma do que uma obra dirigida a especialistas e que, por conseguinte, terão já algum conhecimento na matéria. Ora, neste campo particular (Secção 5.1), as autoras não citam qualquer referência, afirmando apenas que “é relevante dispor-se de uma tipologia dos estados de coisas que podem ser descritos por uma língua [...] tendo já em conta a tipologia proposta em 5.1.1, proporemos uma tipologia dos predicadores válida para o Português” (Mateus *et al.*, 1989, 37), dando pois a entender que as propostas são da sua autoria, ou que, pelo menos, são baseadas no estudo da gramática portuguesa.

Convém pois esclarecer claramente quais as diferenças entre a proposta das autoras – que propõem a trilogia estados-processos-eventos, cada tipo de situação subdividido entre controlado e não controlado – e a minha. A diferença mais óbvia é que as autoras não dividem entre estados e qualidades. Contudo, a sua distinção entre processos e eventos é apenas aparentemente semelhante à distinção que proponho entre Obras e Mudanças. Com efeito, dos dois exemplos

que apresentam para eventos, um – *escrever um romance* – é tão claramente uma Obra<sup>14</sup> como o exemplo de processos *rebolar*. Quanto a *guiar o jipe*, tal expressão parece-me preferencialmente um estado ou uma propriedade – veja-se *ela esteve ao volante todo o dia* (estado) ou *ela não guia, ele guia lindamente, o filho já guia* (qualidades) –, sendo a interpretação como Obra (que as autoras têm em mente) bastante marcada (veja-se a esse propósito a Secção 7.1.6.2 de Santos (1996)).

Não posso deixar de notar que, se usássemos as traduções para o inglês dos exemplos apresentados, teríamos *write/break* como Events típicos e *roll/drive* como Activities típicas, ao contrário de *rebolar* e sobretudo *guiar* (como Obra), que são bastante marginais em português.

Finalmente, a questão da existência ou não da entidade controladora, ao contrário do que as autoras parecem fazer crer, é única e exclusivamente dependente da natureza do sujeito, como é fácil de apreciar substituindo este nos exemplos apresentados. Como tal, não parece ser pertinente para uma tipologia de predicadores, a não ser que se considerem relevantes todas as restrições de selecção dos verbos da língua, ao que seria então necessário dividir os “tipos de situação” também em relação a outras propriedades dos participantes.

Por outro lado, gostava de mencionar as propostas de Leiria (1991) e a minha de há cinco anos atrás (Santos, 1991b) porque, apesar de se basearem explicitamente em Vendler, Moens e outros investigadores da língua inglesa, tentam adaptá-la ao português, e curiosamente – tratando-se de trabalhos rigorosamente independentes –, chegam a alguns resultados semelhantes: o mais importante, na óptica do presente artigo, foi o de recorrerem ambas a classes complexas (enquanto Santos (1991b) distingue entre classes vagas e classes formadas por uma sequência de classes simples, Leiria (1991, 171) apresenta uma “classificação [...] em função das situações em que os verbos podem ocorrer” que contempla quatro classes cujos elementos podem ter mais do que uma classificação simples). Além disso, ambas as autoras reconhecem que é necessário investigar a classificação aspectual do português (cf. Leiria (1991, 17): “Precisava [...] de uma classificação de verbos portugueses, estabelecida em função de propriedades relevantes do ponto de vista aspectual [...] mas, infelizmente, até ao momento, nenhum linguista português ousou meter-se em tão escorregadia tarefa”), e sugerem a sua abordagem como inicial.

A minha resposta encontra-se exposta no presente artigo (e fundamentada em Santos (1996)). Resta-me esperar que a dela venha a convergir, através de outros estudos e metodologia, fundamentalmente para as mesmas características do sistema aspectual do português.

## NOTAS

<sup>1</sup> Para uma crítica do uso do termo *aspecto*, e uma clarificação dos vários significados que lhe estão presentemente associados, veja-se a secção 4.2 de Santos (1996).

<sup>2</sup> ‘descrever os padrões temporais mais comuns patentes no uso dos verbos *ingleses*’

<sup>3</sup> ‘afirmações filosóficas que espelhem um aspecto idiossincrático de uma dada língua não são

menos verdadeiras do que as que correspondem a uma característica comum. A diferença é que as primeiras são mais difíceis de traduzir do que as segundas'

- <sup>4</sup> Esse é um assunto muito mais delicado, e que não é o objecto desta minha comunicação. Para a sua discussão remeto outra vez para a minha tese.
- <sup>5</sup> Para a justificação detalhada destas afirmações tenho, evidentemente, que remeter para Santos (1996).
- <sup>6</sup> Por uma questão de simplicidade, apenas apresento dois tipos sintácticos de expressões – orações e verbos, mas qualquer constituinte envolvendo um verbo pode ser classificado.
- <sup>7</sup> Este é o caso mais discutível: será que um “estado terminado” é visto como um acontecimento em português, ou será que temos que adicionar uma nova categoria, a de “estados terminados”? Prefiro não tomar neste momento partido por nenhuma das opções, e, por isso, prossigo falando de “estados terminados” no presente artigo.
- <sup>8</sup> De facto, desde que só é aceitável para um subtipo de propriedades, que eu chamei Propriedades Sociais. Para Propriedades Essenciais não é aceitável.
- <sup>9</sup> Com efeito, a classe dos Accomplishments em inglês engloba precisamente aquelas situações que demoram tempo e produzem um resultado. Mas, como já foi dito, o português não usa uma tal classe na sua representação da “realidade”.
- <sup>10</sup> As autoras atêm-se, contudo, a uma divisão puramente sintáctica, sem avançarem qualquer característica semântica como estando relacionada com esta divisão. Tal é estranho visto que o artigo que citam na bibliografia como tendo dado origem a essa classificação (Perlmutter, 1978, e não 1977 com está referido no texto, na página 172) insiste explicitamente no facto de a sua divisão ter subjacente uma diferença semântica: “While I will not attempt to do that here, the basic idea is that initial unergativity vs. unaccusativity is predictable from the semantics of the clause.” (Perlmutter, 1978, 161) É interessante, aliás, que este autor também comente, na página seguinte, que os predi-cados unergativos parecem corresponder ao conceito de Activities. No entanto, como exemplos de unacusativos ele lista, de facto, verbos que pertencem a todas as classes aspectuais do inglês: além de Achievements (‘disappear’) e Accomplishments (‘burn’, ‘increase’, ‘yellow’), inclui States (‘exist’) e mesmo Activities (‘shine’).
- <sup>11</sup> Do nosso ponto de vista, o que interessa é que eles são especiais em não descreverem acontecimentos através do sintagma verbal, mas sim do sintagma nominal sujeito. Não podem pois enquadrar-se directamente numa classificação de tipos de situações descritos pelos verbos e frases, ainda que produzam apoio adicional para a pertinência do uso do conceito “acontecimento”. Note-se, aliás, que tal não tem qualquer relação com o número de lugares do verbo, pois não só o verbo *acontecer* é empregue com objecto indirecto, como o mesmo pode ser dito sobre, por exemplo, *passar-se em*, obrigatoriamente de dois lugares:  
Aconteceu-lhe ontem uma desgraça.  
A história passa-se na Idade Média / em Lisboa.
- <sup>12</sup> Veja-se a este respeito, a observação de O. Lopes (1971, 225) “o verbo designa quase sempre um acto, processo ou situação como singular” e, por outro lado, a lista de verbos considerados por Casanova (1985, 55) como tendo valor aspectual iterativo.
- <sup>13</sup> As classes sugeridas em Santos (1996) são:
- (i) Mudança + Obra (Mudança correspondendo ao início da Obra)  
ele pôs-se a descansar à superfície da árvore e ainda lá está.  
ele pôs-se a comer logo que tu saíste.
  - (ii) Mudança + Obra (Mudança correspondendo ao fim da Obra)  
acabei de pôr a mesa na sala depois de jantar.  
acabei de pôr a mesa às 3.
  - (iii) Obra e depois Mudança  
ele atirou o casaco para cima do sofá.  
eles foram empurrados para a valeta.
- É, no entanto, de salientar que uma análise alternativa dos dois primeiros casos, ao invés de descrever dois tipos de acontecimentos através da mesma expressão, seria considerar que nos encontramos em presença de vagueza na determinação do início ou fim, inerente ao uso dos conceitos acabar e começar em qualquer língua.
- <sup>14</sup> Aliás, pelos critérios que as próprias autoras definem (um processo é “um dado “fazer” específi-

co II recebido ou sofrido por uma entidade x, e delimitado por dois eventos: (x) começar a II e (x) acabar de II" (Mateus *et al.*, 1989, 39)), *escrever um romance* não tem dificuldade em se candidatar ao título, como a naturalidade das expressões *começar a escrever o romance* e *acabar de escrever o romance* demonstram. E, mais à frente, afirmam que "os predicadores de processo, ao contrário dos predicadores de evento, podem entrar na construção *parar + de + V*" (*op.cit.*, 44). Mas, se *escrever um romance* é um predicado de evento, segundo as autoras, como é que explicam que seja perfeitamente aceitável afirmar que *a Maria parou de escrever o romance*?

## BIBLIOGRAFIA

- ALONGE, Antonietta - "Sulla classificazione verbale cosiddetta 'aspettuale': Discussione di alcuni problemi", *Archivio Glottologico Italiano*, 79, 2, 1994, p.160-99.
- BRYNILDSEN, Bergljot B. - "Event structure as a factor in interpreting and translating free ING-adjuncts", Inger Moen, Hanne Gram Simonsen & Helge Lødrup (eds.), *Papers from The XVth Scandinavian Conference of Linguistics* (Oslo, January 13-15, 1995), p.67-78.
- CAMPOS, Henriqueta Costa - "Pretérito Perfeito Simples / Pretérito Perfeito Composto: uma oposição aspectual e temporal", *Letras Soltas*, 2, Abril 1984, p.11-53.
- "Le marqueur "já": étude d'un phenomene aspectuel", *Boletim de Filologia*, Tomo XXIX, CLUL, Lisboa, 1984, p.539-53.
- "Ambiguidade lexical e representação metalinguística", *Boletim de Filologia*, Tomo XXX, 1985, p.113-31.
- CAMPOS, Maria Henriqueta Costa - "Abordagem enunciativa de um subsistema do sistema modal do português: os verbos Dever e Poder", *Dissertação de doutoramento*, Universidade Nova de Lisboa, 1989.
- CASANOVA, Maria Isabel Ponte Gonçalves de Salazar - "O aspecto verbal: um estudo contrastivo de inglês-português", *Tese de Mestrado em Linguística Inglesa*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1985.
- CASTELEIRO, João Malaca - *Sintaxe transformacional do adjetivo: regência das construções completivas*. INIC, Lisboa, 1981.
- EBERLE, Kurt - "Partial Orderings and Aktionsarten in Discourse Representation Theory", *Proceedings of COLING'88* (Budapest, 22-27 August 88), p.160-165.
- FREED, Alice F. - *The Semantics of English Aspectual Complementation*, Dordrecht: D.Reidel, 1979.
- KAMP, Hans - "Evènements, représentations discursives et référence temporelle", *Langages* 64, 1981, p. 39-64.
- LEIRIA, Isabel Maria Caetano - "A aquisição por falantes de Português-europeu língua não-materna dos aspectos verbais expressos pelos Pretéritos Perfeito e Imperfeito", *Tese de Mestrado*, Faculdade de Letras de Lisboa, 1991.
- LOPES, Ana Cristina M. - "Tipos de genericidade: algumas questões", *Actas do IX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (Coimbra, 29 Setembro - 1 Outubro 1993), p.295-96.
- LOPES, Oscar - *Gramática Simbólica do Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.
- MATEUS, Maria Helena Mira, Ana Maria Brito, Inês Duarte & Isabel Hub Faria - *Gramática da Língua Portuguesa*, Caminho, 2ª edição revista e aumentada, 1989.
- MOENS, Marc - "Tense, Aspect and Temporal Reference", *PhD thesis*, University of Edinburgh, 1987.
- MÓIA, Telmo - "Aspectos da Semântica das Expressões Temporais com *desde* e *até* - Questões de Aktionsart", *Actas do X Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (Évora, 6-8 de Outubro de 1994), p.341-58.
- OLIVEIRA, Fátima - "Alguns aspectos do aspecto", *Actas do VII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (Lisboa, 7-8 Outubro 1991), p.288-303.
- PERES, João Andrade - "Towards an Integrated View of the Expression of Time in Portuguese", *Cadernos de Semântica*, No. 14, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 1993.



## CLASSIFICAÇÃO ASPECTUAL

- PERLMUTTER, David M. - "Impersonal Passives and the Unaccusative Hypothesis", Jaeger et al. (eds.), *Proceedings of the Fourth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society* (February 18-20, 1978), BLS, 1978, p.157-89.
- SANTOS, Diana - "Contrastive Tense and Aspect Data", INESC Report no.RT/57-91, Outubro 1991.
- "Para uma classificação aspectual dos verbos portugueses", *Actas do VII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (Lisboa, 7-8 Outubro 1991), p.389-401.
  - 1994. "Imperfeito: a broad-coverage study", *Actas do X Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (Évora, 6-8 de Outubro de 1994), p.525-539.
  - "On grammatical translationese", *Short papers presented at the Tenth Scandinavian Conference on Computational Linguistics* (Helsinki, 29-30th May 1995), compiled by Kimmo Koskenniemi, p.59-66.
  - "L'Imperfeito português: étude systématique de ses fonctions et de comment en rendre compte en traduisant vers l'anglais", *Actes du XXIV Colloque sur la linguistique des langues romanes* (Palermo, 18-24 Septembre 1995), no prelo.
- SANTOS, Diana Maria de Sousa Marques Pinto dos - "Tense and aspect in English and Portuguese: a contrastive semantical study", Tese de doutoramento, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Junho de 1996.
- SMITH, Carlota S. - *The Parameter of Aspect*, Kluwer Academic Publishers, 1991.
- VENDLER, Zeno - "Verbs and Times", *The Philosophical Review*, LXVI (1957), 143-60, reprinted with minor changes as Chapter 4 in Vendler (1967).
- *Linguistics in Philosophy*. Cornell University Press, 1967.
- ZAENEN, Annie - "Unaccusative verbs in Dutch and the syntax-semantics interface", CSLI Report 88-123, 1988.